

25 Jan 2001



Exmo. Senhor
Presidente da
Assembleia da República

REQUERIMENTO Nº710/VIII (2.a) - AC

Assunto: Condições de Segurança no Tribunal de Pombal

As deficientes condições de funcionamento do Tribunal de Pombal, por insuficiência de instalações, de recursos humanos e técnicos foi já objecto de esclarecimentos por parte do Ministério da Justiça, quer em resposta ao meu requerimento nº 1076/VIII, de 12 de Abril de 2000, quer na sessão plenária de Perguntas ao Governo do dia 19 de Janeiro de 2001.

Porém, uma questão não foi afluada e perante os recentes acontecimentos carece de procedimento urgente.

André Luís
29 JAN 2001

Com efeito, a 16 de Janeiro, três dias antes do Senhor Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça, vir a Plenário esclarecer as soluções governamentais para problemas referentes ao funcionamento do Tribunal, o espaço utilizado pelos serviços do Ministério Público, foi assaltado. A intromissão fez-se muito facilmente escalando um muro e quebrando o vidro de uma janela. Os autores do acto não furtaram quaisquer valores, facto que indicia que pretendiam aceder a processos ali localizados.

Os factos ocorridos levantam a questão da segurança de instalações, equipamentos e processos.

Os cidadãos de Pombal verificam agora que, para além de um funcionamento deficiente por falta de condições, o Palácio de Justiça não é depositário seguro dos processos em que são parte.

Tendo conhecimento que as obras de adaptação de salas devolutas do Tribunal estão já a iniciar-se, ao abrigo das disposições legais aplicáveis em vigor, venho requerer a V.Exa., que solicite ao **Ministério da Justiça**, os seguintes esclarecimentos:

- 1 – Os projectos de arquitectura de adaptação e melhoramento da funcionalidade do edifício, incluem a instalação de sistema de segurança, de pessoas, bens e processos?



GRUPO PARLAMENTAR

- 2 – Que tipo de sistema será instalado, atendendo à cobertura expectável em termos de segurança, meios humanos e técnicos a utilizar?

- 3 – Quando se prevê a instalação do sistema, de forma a que a morosidade não retire aos Pombalenses a confiança no seu Tribunal?

Palácio S. Bento, 25 Janeiro de 2001

A Deputada,

Maria Ofélia Moleiro